

ATA DA TRICENTÉSIMA NONA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

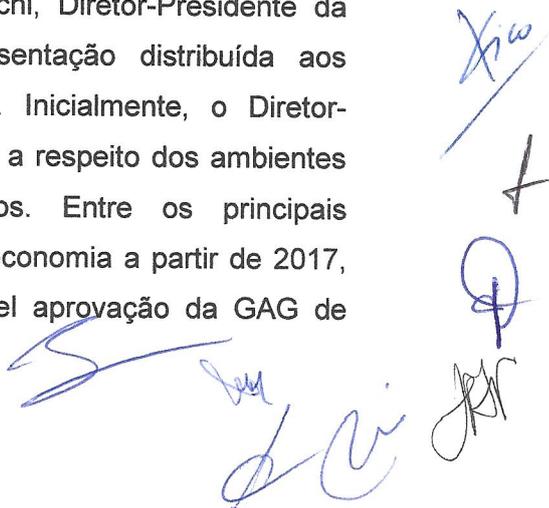
Aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de 2016, às 9h30min, em caráter ordinário, na forma do disposto no artigo 13, do Estatuto Social da Companhia, na sala de reuniões situada na Praça Ramos de Azevedo, nº 254, 5º andar - São Paulo - SP, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., senhores abaixo nomeados e assinados. Iniciando a reunião, o Presidente do Conselho de Administração em exercício, Nelson Luiz Rodrigues Nucci, cumprimentou a todos os presentes e justificou a ausência dos Conselheiros João Carlos de Souza Meirelles, José Gregori e Paulo César do Carmo. A seguir, colocou em apreciação o **item I** da pauta, “**Minutas das Atas da Reunião Ordinária de 14/09/2016**” e **Extraordinária de 29/09/2016** (*tempo 05 min*), as quais resultaram **aprovadas por unanimidade**. Em continuidade, o Presidente do Conselho, em exercício, passou ao **item II** da pauta, para conhecimento, “**UTE Piratininga. Proposta e bases da negociação com a Petrobras**” (*tempo 20min*), passando a palavra ao Conselheiro Luiz Carlos Ciochi, Diretor-Presidente da EMAE, que expôs a matéria com base na Resolução de Diretoria nº P/015/01/662ª, de 13/10/2016, no Relatório à Diretoria nº P/015/2016, de 13/10/2016 e na apresentação distribuída aos Conselheiros e devidamente arquivada na Secretaria Executiva do Conselho. O Presidente da EMAE, Luiz Carlos Ciochi, fez, inicialmente, um breve histórico do Contrato de Arrendamento entre a EMAE e a Petrobras, cuja assinatura data de abril de 2007, com prazo de 17 (dezessete) anos, a encerrar em abril de 2024. O arrendamento é pago em duas parcelas anuais no valor atual de R\$ 41 milhões, ou seja, gera uma receita para a EMAE de, aproximadamente, R\$ 82 milhões/ano, essencial para o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, além de um contrato de prestação de serviços de operação no valor de R\$ 5,2 milhões/ano. A UTE Piratininga opera em ciclo fechado com a UTE Fernando Gasparian (UTE FEG) e trabalha em regime “*Merchant*” (sem contrato de venda), auferindo receita apenas quando despachada. A Petrobras tem intenção de encerrar este contrato de forma amigável dado que a concessão de da UTE Piratininga encontra-se vencida e sem reversão e, portanto,

Xico
f
Q
C
C

com prorrogação precária. Após longa negociação, chegou-se a seguinte proposta: Retorno da operação da UTE Piratininga para a EMAE, Indenização pelo final antecipado do contrato no valor de R\$ 180 milhões, em seis parcelas semestrais de R\$ 30 milhões, corrigidas pelo IGPM, Aluguel do terreno da UTE FEG por 14 (quatorze) anos ao preço de R\$1,5 milhão/semestre corrigido pelo IPCA e três anos de fornecimento de vapor por 60% (sessenta por cento) da receita auferida, com teto de R\$ 104 milhões/ano. Esta proposta é considerada satisfatória para a EMAE. Alternativamente, o contrato de arrendamento estabelece uma multa contratual no valor de 10% do valor do contrato corrigido em caso de rescisão unilateral e indenização pelo estado de conservação dos equipamentos arrendados sujeita à discussão e provável discussão judicial. A avaliação da situação indica que, não obstante a EMAE detenha um contrato juridicamente robusto para sustentar um eventual litígio com a Petrobras, o custo e o tempo deste litígio, em face, inclusive, da perda de receita imediata relativa ao arrendamento, seriam altamente prejudiciais para a EMAE. O Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Luiz Carlos Ciochi e Carlos Alberto Marques, respectivamente, explicaram, também, que, nesta hipótese de encerramento antecipado do contrato com a Petrobras, haverá uma baixa significativa e antecipada nos valores do ativo da EMAE uma vez que a receita total do contrato de arrendamento (17 anos) foi devidamente contabilizada no ativo da companhia no início do referido arrendamento, ressaltando, entretanto, que essa baixa no valor do ativo ocorreria de qualquer forma em caso de inadimplemento ou rescisão por parte da Petrobras. A seguir, o Presidente do Conselho, em exercício, passou ao item III da pauta, "**Políticas de divulgação e Programa de Integridade**" (*tempo 20min*), passando a palavra ao Gerente do Departamento Jurídico da EMAE, Pedro Eduardo F. Brito que relatou a matéria com base na apresentação distribuída aos Conselheiros e arquivada nesta Secretaria Executiva. O Gerente do Departamento Jurídico, Pedro E. F. Brito, discorreu sobre os três novos instrumentos de gestão – Política de Divulgação, Programa de Integridade e Código de Conduta, que estão sendo propostos pela diretoria colegiada da EMAE, em atendimento às exigências da Lei nº 13.303/2016 e outras. Colocada em discussão e a seguir em votação, a

Xico
↓
P
JH

matéria foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. A seguir o Presidente do Conselho, em exercício, passou ao item IV da pauta, para conhecimento “**Patrimônio Imobiliário. Atualização**”, (tempo 10min), passando a palavra ao Diretor Administrativo Paulo Roberto Fares que expôs a matéria com base na apresentação distribuída aos Conselheiros e arquivada nesta Secretaria Executiva. O Diretor Administrativo da EMAE, Paulo Roberto Fares apresentou uma atualização das ações relacionadas ao Patrimônio Imobiliário destacando: a) venda de um imóvel localizado à rua Ângelo Gianoto, 464 - Rio Grande, São Bernardo do Campo, em sessão pública realizada dia 30/09/2016, pelo valor de avaliação de R\$326.000,00 (trezentos e vinte e seis mil reais); b) adiamento da sessão pública para venda do imóvel à rua Alexandre de Gusmão, 386/396, Vila Socorro, São Paulo, avaliado em R\$ 11.976.000,00 (onze milhões, novecentos e setenta e seis mil reais) para o próximo dia 19/12/2016, c) conforme relatado ao Conselho em sua última reunião, continuam as tentativas de invasão em área de 25.400 m² localizado no bairro Jardim Apurá, em área de APP do Reservatório Billings. Considerada a iminência do esbulho, a Empresa obteve, na Justiça, o “Interdito Proibitório” da área, que é uma ação de caráter preventivo que permite, se necessário, o uso de força policial para a retomada do bem em caso de invasão. Também foram intensificadas as rondas da PM – Ambiental e GCM – Ambiental visando coibir atos de destruição da mata existente no local. Finalizando, o Diretor informou que esta em processo final de contratação o fornecimento e instalação de 273 m lineares de alambrado para fechamento do perímetro mais vulnerável do terreno. Na sequência, o Presidente do Conselho de Administração, em exercício, passou ao item V, para conhecimento, “**Plano Estratégico EMAE 2017/2021**” (tempo 10min), passando a palavra ao Conselheiro Luiz Carlos Ciochi, Diretor-Presidente da EMAE, que relatou a matéria com base na apresentação distribuída aos Conselheiros e arquivada nesta secretaria executiva. Inicialmente, o Diretor-Presidente, Luiz Carlos Ciochi, discorreu, amplamente, a respeito dos ambientes externo, interno e indicadores econômico-financeiros. Entre os principais destaques, foram pontuados: uma tímida retomada da economia a partir de 2017, algumas alterações no modelo regulatório com possível aprovação da GAG de



Xiw
/

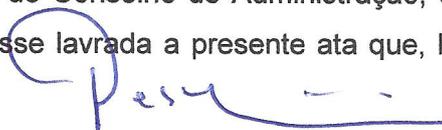
+

Q

JR

Luiz Ciochi

melhorias, redefinição das regras de renovação de concessões e nova regulamentação para a regaseificação e o transporte de gás natural, vetor de mudanças para uma economia de baixo carbono, papel do gás natural como fonte de transição, outras fontes alternativas (Biomassa, entre outras), expressivo crescimento em energia solar fotovoltaica, eficiência energética e geração distribuída e compartilhada. Em sequência, e após uma análise de Oportunidades, Riscos, pontos fortes e ameaças; o estudo aponta de forma ideal para uma atuação da EMAE do tipo “holding” (governança e modelo de gestão) com cinco áreas (prioritárias) constituídas como unidades de negócio com estruturas interdependentes de operação e manutenção orientadas pela função engenharia: Complexo *Henry Borden*, PCHs, Térmicas Piratininga, Eficiência e Segurança energética e Gás. Colocada a matéria em discussão, os Conselheiros João Ruy Castello Branco de Castro, Chico Graziano e Nancy Cortazzo M. Galuzio apresentaram diversos comentários e sugestões entre as quais se destaca a necessidade da EMAE definir um foco muito objetivo e viável no sentido de melhorar sua capacidade de geração de caixa e garantir a sustentabilidade econômica da empresa. O Diretor-Presidente da EMAE, Luiz Carlos Ciocchi explicou neste sentido que a elaboração do Plano Estratégico teve que dar conta daquilo que a EMAE já faz (herança) e tem a obrigação de fazer, a busca pela sustentabilidade econômico-financeira através de parcerias, e, finalmente, aquilo que a EMAE gostaria de fazer/desenvolver tendo em conta sua “expertise” bem como as tendências de mercado já delineadas. O Secretário Adjunto de Energia e Mineração, prof. Ricardo Toledo, reiterou quanto à grande importância, não apenas para a EMAE, mas para o próprio Estado de São Paulo, das novas usinas térmicas em Pedreira, essenciais para o equilíbrio e a segurança energética junto ao maior centro de carga do país. A seguir, o Presidente do Conselho passou ao **item VI** da pauta, para conhecimento, “**Assuntos Gerais**”. Não houve. Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente do Conselho de Administração, em exercício, encerrou a reunião determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada por mim

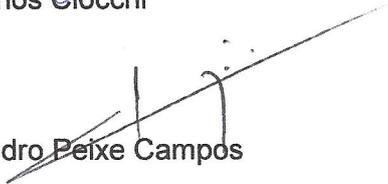


, José



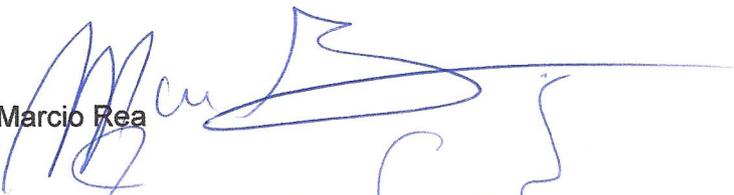
Eduardo Pessini, Secretário Executivo do Conselho de Administração e pelos Senhores Conselheiros presentes.


Luiz Carlos Ciocchi


Alexsandro Peixe Campos


Francisco Graziano Neto


João Ruy Castelo Branco de Castro


Marcio Rea


Nanci Cortazzo Mendes Galuzio


Nelson Luiz Rodrigues Nucci

